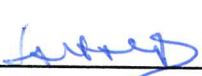


Casa Sacerdotal da Diocese do Porto
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

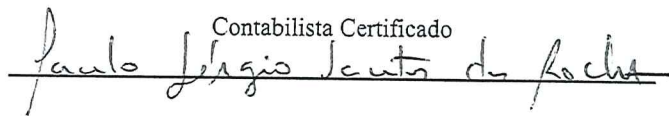
Contribuinte: 507600274
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2023	31 DEZ 2022
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	31 930,24	27 739,50
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros	11	3 905,81	4 302,35
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		35 836,05	32 041,85
Activo corrente			
Inventários	6	4 401,84	5 961,87
Créditos a receber	15	29 972,15	22 364,75
Estado e outros entes públicos	17	7 200,66	1 790,44
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos	12	541 206,08	553 584,71
Outros ativos correntes	18	50 226,51	85 241,72
Caixa e depósitos bancários	13	65 934,72	34 438,85
		698 941,96	703 382,34
Total do ativo		734 778,01	735 424,19
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		0,00	0,00
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	14	108 056,53	144 634,57
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	14	433 200,00	443 000,00
		541 256,53	587 634,57
Resultado líquido do período		-6 151,50	-36 578,04
Total dos fundos patrimoniais		535 105,03	551 056,53
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	19	86 314,68	95 084,34
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		86 314,68	95 084,34
Passivo corrente			
Fornecedores	16	32 204,33	30 074,05
Estado e outros entes públicos	17	6 312,26	8 166,94
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros passivos correntes	18	74 841,71	51 042,33
		113 358,30	89 283,32
Total do passivo		199 672,98	184 367,66
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		734 778,01	735 424,19

A Direção


Paulo Sérgio Leites de Rocha

Contabilista Certificado


Paulo Sérgio Leites de Rocha

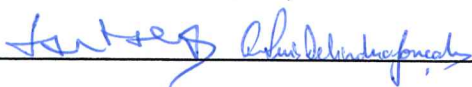
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

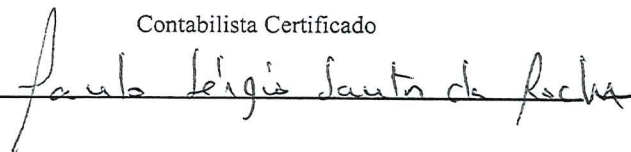
Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	7	246.599,80	251.256,45
Subsídios, doações e legados à exploração	8	275.285,06	174.730,32
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	67.267,94	56.850,65
Fornecimentos e serviços externos	20	199.418,09	161.961,79
Gastos com o pessoal	9	253.876,48	239.150,25
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	7	0,00	-22,32
Outros rendimentos	7	9.809,69	9.882,86
Outros gastos	21	1.744,38	1.919,24
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		9.387,66	-23.989,98
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	11.458,82	11.097,35
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-2.071,16	-35.087,33
Juros e rendimentos similares obtidos	7	2,42	2,30
Juros e gastos similares suportados	22	4.082,76	1.493,01
Resultados antes de impostos		-6.151,50	-36.578,04
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-6.151,50	-36.578,04

A Direção



Contabilista Certificado



Casa Sacerdotal da Diocese do Porto
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

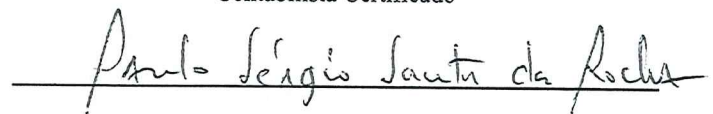
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2023	2022
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		244 541,21	231 935,30
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-264 349,32	-217 661,37
Pagamentos ao pessoal		-169 398,41	-154 865,04
Caixa gerada pelas operações		-189 206,52	-140 591,11
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		174 845,27	54 581,19
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-14 361,25	-86 009,92
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-3 337,32	-1 311,03
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		631,50	286,87
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		2,42	2,30
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-2 703,40	-1 021,86
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-8 769,66	-4 915,66
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		61 412,94	23 658,28
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		-4 082,76	-1 493,01
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		48 560,52	17 249,61
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		31 495,87	-69 782,17
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		34 438,85	104 221,02
Caixa e seus equivalentes no fim do período		65 934,72	34 438,85

A Direção

 *Paulo Sérgio Santa da Rocha*

Contabilista Certificado

 *Paulo Sérgio Santa da Rocha*

1
F
P
R

- (a) CASA SACERDOTAL DA DIOCESE DO PORTO
- (b) Rua da Boa Nova, 105
4050 – 101 Porto
- (c) Apoio Social a Idosos

ANEXO

AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO PERÍODO DE 2023

- (a) Designação da entidade
- (b) Domicílio da entidade
- (c) Natureza da atividade

1
[Handwritten signature]

1 – Identificação da Instituição

A Casa Sacerdotal da Diocese do Porto é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), registo nº 12/06 com publicação do Diário da República, Série II, nº 165 de 28 de agosto de 2006.

A sua sede fica localizada na Rua da Boa Nova, nº 105, 4050-101, na União de freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, concelho do Porto.

Inaugurada em julho de 2005 pelo então Bispo do Porto, Sr. D. Armando Lopes Coelho, a Casa Sacerdotal da Diocese do Porto foi construída com o objetivo de garantir alojamento e cuidados de saúde aos sacerdotes idosos da diocese, no outono das suas vidas.

A missão da Casa Sacerdotal da Diocese do Porto é prestar um serviço de elevada qualidade de modo controlado, normalizado, rigoroso e solidário, adequado a cada utente e respondendo às suas necessidades.

Valorizam um clima de afeto, cuidando de cada utente com o máximo respeito e dignidade, dando prioridade à humanização. Os seus valores fundamentais são:

- Respeito
- Confiança
- Responsabilidade
- Solidariedade
- Rigor
- Eficiência

2 – Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2023 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovada pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de março. No anexo II do referido Decreto-Lei é feita referência que o Sistema de Normalização para as Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria nº 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) - Portaria nº 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso nº 6726-B/2011 de 14 de março;

CASA SACERDOTAL DA DIOCESE DO PORTO

- Normas Interpretativas (NI)

1
Alma
FA

3 – Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 – Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram apresentadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 – Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir consideravelmente o nível de operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL), este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 – Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem, satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento, sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas de “Devedores e Credores por acréscimos” e “Diferimentos”

3.1.3 – Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período económico para o outro, quer a nível da apresentação quer a nível dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza, estando nestes casos, devidamente identificados e justificados neste anexo. Deste modo é fornecida informação fíavel e mais relevante para os utentes.



3.1.4 – Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 – Compensação

Os ativos e passivos, e os rendimentos e gastos, não são compensados. Devido à sua importância os ativos e passivos e os rendimentos e gastos são relatados separadamente.

3.1.6 – Informação comparativa

A informação comparativa é divulgada com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a melhor compreensão das demonstrações financeiras do período corrente. Por alteração de políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação são divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- c) Razão para a reclassificação.

3.2 – Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 – Ativos fixos tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição agrega o custo de compra e outros custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos no local e nas condições necessárias à sua total operacionalidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com a manutenção, conservação e reparação dos ativos são registadas como gastos do período em que são verificadas, exceto quando estas despesas são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Anexo ao Balanço e às Demonstrações Financeiras de 2023

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se apresentam na tabela abaixo transcrita:

Descrição	Anos de vida útil estimada
Equipamento básico	6 anos
Equipamento administrativo	6 anos
Equipamento informático	5 anos
Outros ativos fixos tangíveis	6 anos

3.2.2 – Inventários

Os Inventários estão registados ao custo de aquisição. Este custo inclui as despesas incorridas desde a compra até ao seu armazenamento. A fórmula de custeio utilizada é o FIFO e o sistema de inventário utilizado é intermitente. As quantidades de cada bem a inventariar são registadas a 31 de dezembro de cada ano.

3.2.3 – Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros correspondem às participações da Entidade no Fundo de Compensação do Trabalho (FCT). Este FCT corresponde à participação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades dos novos contratos de trabalho, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

As contribuições para o FCT podem ser reembolsadas como forma de ajuda financeira ao pagamento das indemnizações aquando a cessação dos contratos de trabalhos dos funcionários.

3.2.4 – Clientes e outras contas a receber

Os Clientes e as Outras Contas a Receber, encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas são reconhecidas, para que desta forma seja espelhado o valor realizável líquido.

3.2.5 – Caixa e depósitos bancários

A rubrica Caixa e Depósitos Bancários, inclui o montante existente em caixa, assim como os valores dos depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco de alterações de valor.

3.2.6 – Fornecedores e outras contas a pagar

Os valores registados nas contas de Fornecedores e Outras Contas a Pagar são contabilizados pelo seu valor nominal.

Handwritten signature and initials in blue ink.

Anexo ao Balanço e às Demonstrações Financeiras de 2023

Revis
PA

3.2.7 – Fundos patrimoniais

A rubrica Fundos Patrimoniais, revela o interesse residual nos ativos após a dedução dos passivos. Estes Fundos são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros,
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.8 – Impostos sobre o rendimento

Nos termos da alínea b) do nº 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificam quaisquer efeitos resultantes de alterações voluntárias em políticas contabilísticas.

5 – Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e 2023, mostrando as adições, os abates, as alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31/12/2022	Adições	Abates	Transf.	31/12/2023
Equipamento básico	60.481,36	9.770,50			70.251,86
Equipamento administrativo	4.984,83	767,29			5.752,12
Outros ativos fixos tangíveis	27.546,84	5.111,77			32.658,61
Ativo Tangível Bruto	93.013,03	15.649,56			108.662,59
Depreciações acumuladas:					
Equipamento básico	48.620,34	7.055,94			55.676,28
Equipamento administrativo	4.242,86	255,95			4.498,81
Outros activos fixos tangíveis	12.410,33	4.146,93			16.557,26
Depreciações Acumuladas	65.273,53	11.458,82			76.732,35
Ativo Tangível Líquido	27.739,50				31.930,24

Anexo ao Balanço e às Demonstrações Financeiras de 2023

6 – Inventários

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica de inventários apresentava os seguintes valores:

Rubrica	31/12/2023	31/12/2022
Mercadorias	1.295,81	1.409,99
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	3.106,03	4.551,88
Total	4.401,84	5.961,87

No que respeita ao cálculo do custo das mercadorias, dos géneros alimentares e matérias subsidiárias e de consumo, reconhecido como gasto do período dos anos de 2023 e de 2022, detalhamos esse cálculo no quadro abaixo:

Descrição	Mercadorias 2023	Mercadorias 2022	Mat. Primas, Sub. Cons 2023	Mat. Primas, Sub. Cons 2022
Saldo Inicial	1.409,99	682,05	4.551,88	3.107,26
Compras	6.586,79	6.355,46	59.121,12	52.667,75
Saldo Final	1.295,81	1.409,99	3.106,03	4.551,88
Custo do período	6.700,97	5.627,52	60.566,97	51.223,13

7 – Réditos

Para os períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos como réditos os seguintes valores:

Rubricas	31/12/2023	31/12/2022
Venda de Mercadorias	7.209,80	6.408,95
Venda de Fraldas e produtos higiene/limpeza	7.209,80	6.408,95
Prestação de Serviços	239.390,00	244.847,50
Quotas dos utilizadores	239.390,00	244.847,50
Outros Rendimentos e Ganhos	9.809,69	9.882,86
Desconto de pronto pagamento obtido	9,69	51,66
Outros (Joia utilização apartamento)	0,00	0,00
Imputação de subsídios p/ investimentos	9.800,00	9.800,00
Correções de períodos anteriores	0,00	31,20
Outros	0,00	0,00
Ganhos por Aumentos de Justo Valor	0,00	22,32
Ganhos por aumento justo valor financeiros	0,00	22,32
Juros	2,42	2,30
Depósitos bancários	2,42	2,30
TOTAL	256.411,91	261.163,93

8 – Subsídios, Doações e Legados à Exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2023 e 2022, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

CASA SACERDOTAL DA DIOCESE DO PORTO

1
Pênis
PTA

Anexo ao Balanço e às Demonstrações Financeiras de 2023

Rubricas	2023	2022
Subsídios de outras entidades:	211.338,72	150.840,00
IAPMEI (Apoio ao Salário Mínimo)	0,00	840,00
Irmandade dos Clérigos	65.000,00	150.000,00
Fábrica da Catedral do Porto	146.338,72	0,00
Doações e heranças:	63.946,34	23.890,32
Consignação IRS	2.248,04	232,04
Donativos Particulares	61.698,30	23.658,28
TOTAL	275.285,06	174.730,32

↑
Delus
P&A

9 – Benefícios dos Empregados

Os membros que compõem os órgãos diretivos de forma voluntária são oito. A Direção é composta por 5 elementos: Presidente, Tesoureiro, Secretário e dois Vogais. O Conselho Fiscal é composto por 3 elementos: Presidente, Secretário e Vogal.

O número médio de funcionários ao serviço da Entidade foram de 16 em 2023 e de 16 em 2022.

Os valores referentes aos gastos com o pessoal, que a entidade registou nos anos em análise, foram os seguintes:

Descrição	2023	2022
Remunerações ao pessoal	203.951,94	192.116,33
Benefícios Pós Emprego	428,13	0,00
Indemnizações	293,12	148,05
Encargos sobre as remunerações	45.224,40	42.739,82
Seguros de acidentes no trabalho	3.314,04	3.184,77
Outros gastos com o pessoal	664,85	961,28
TOTAL	253.876,48	239.150,25

10 – Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei nº 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11 – Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2023 e de 2022, a Instituição possuía os seguintes investimentos financeiros:

Descrição	2023	2022
Outros Investimentos Financeiros	3.905,81	4.302,35
FCT	3.905,81	4.302,35
TOTAL	3.905,81	4.302,35

Anexo ao Balanço e às Demonstrações Financeiras de 2023

Beluis
PA

12 – Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022, a rubrica Diferimentos englobava os seguintes valores:

Descrição	2023	2022
Gastos a Reconhecer		
Obras Ano de 2017	20.219,22	20.678,75
Obras Ano de 2018	483.787,33	494.915,58
Obras Ano de 2019	32.556,83	33.458,70
Seguro de acidentes de trabalho	3.341,56	3.314,04
Seguro automóvel	797,63	855,94
Outros gastos diferidos	503,51	361,70
TOTAL	541.206,08	553.584,71
Rendimentos a Reconhecer		
Mensalidades do ano seguinte	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00

13 – Caixa e Depósitos Bancários

As contas de Caixa e de Depósitos Bancários, a 31 de dezembro de 2023 e de 2022, registavam os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Caixa e Depósitos Bancários		
Caixa	1,30	1.934,54
Depósitos à ordem	65.933,42	32.504,31
TOTAL	65.934,72	34.438,85

14 – Fundos Patrimoniais

Na rubrica de Fundos Patrimoniais ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Resultados transitados	144.634,57		36.578,04	108.056,53
Ajust. em Subsídios	443.000,00		9.800,00	433.200,00
TOTAL	587.634,57		46.378,04	541.256,53

15 – Clientes

Os saldos da rubrica de Clientes a 31 de dezembro de 2023 e de 2022, são apresentados no seguinte quadro:

Descrição	2023	2022
Clientes c/c		
Clientes	29.972,15	22.364,75
TOTAL	29.972,15	22.364,75

Anexo ao Balanço e às Demonstrações Financeiras de 2023

16 – Fornecedores

Os saldos da conta de Fornecedores a 31 de dezembro de 2023 e de 2022, são apresentados no seguinte quadro:

Descrição	2023	2022
Fornecedores c/c		
Fornecedores	32.204,33	30.074,05
TOTAL	32.204,33	30.074,05

17 – Estado e Outros Entes Públicos

A 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o saldo da rubrica Estado e Outros Entes Públicos, estava composta da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Ativo		
IVA – restituição de IVA	7.200,66	1.790,44
TOTAL	7.200,66	1.790,44
Passivo		
Retenção na fonte de IRS	1.189,70	1.281,50
Segurança Social	5.122,56	6.805,37
FCT/FGCT	0,00	80,07
TOTAL	6.312,26	8.166,94

18 – Outras Contas a Pagar e a Receber

A rubrica de Outras Contas a Pagar e de Outras Contas a Receber, desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	Não Corrente 2023	Corrente 2023	Não Corrente 2022	Corrente 2022
Credores por Acréscimo		41.671,46		39.216,02
Remunerações a liquidar		30.068,52		30.201,99
Outras despesas diferidas		11.602,94		9.014,03
Outros Credores		33.170,25		11.826,31
Outros Credores		500,00		0,00
Outros Credores - Utentes		32.670,25		11.826,31
TOTAL – Outros Passivos		74.841,71		51.042,33
Outros Devedores		50.226,51		85.241,72
Outros Devedores - Utentes		226,51		241,72
Irmandade dos Clérigos		50.000,00		85.000,00
Pessoal		0,00		0,00
TOTAL – Outros Ativos		50.226,51		85.241,72

1
Adm
P

Anexo ao Balanço e às Demonstrações Financeiras de 2023

19 – Financiamentos Obtidos

O saldo da rubrica de Empréstimos Obtidos a 31 de dezembro de 2023 e de 2022, é apresentado no seguinte quadro:

Descrição	2023	2022
Financiamentos Obtidos		
Empréstimo Bancário – Montepio Geral – 100.000,00 Euros a 10 anos	86.314,68	95.084,34
TOTAL	86.314,68	95.084,34

20 – Fornecimentos e Serviços Externos

A distribuição da conta de Fornecimentos e Serviços Externos, no final de 2023 e de 2022, estava organizada da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Serviços especializados:	112.419,58	72.681,69
Trabalhos especializados	11.024,71	20.535,14
Publicidade e Propaganda	330,87	0,00
Vigilância e segurança	1.919,31	1.561,73
Honorários	40.993,75	33.703,25
Conservações e reparações	57.664,92	16.414,66
Serviços bancários	486,02	466,91
Materiais	4.456,08	4.687,14
Energia e fluídos:	26.903,57	29.384,23
Eletricidade	10.539,62	10.097,04
Combustíveis	572,87	870,68
Água	6.820,04	7.145,23
Gás	8.971,04	11.271,28
Deslocações, estadas e transportes	40,00	97,50
Serviços diversos:	48.081,47	46.693,69
Rendas e Alugueres	353,28	155,12
Comunicação	2.331,98	2.045,91
Seguros	1.985,80	1.888,69
Limpeza, higiene e conforto	8.321,09	5.803,70
Outros serviços	35.089,32	36.800,27
Encargos com utentes	7.517,39	8.417,54
TOTAL	199.418,09	161.961,79

De realçar que o valor de “Outros Serviços” de 35.089,32 inclui o condomínio da Torre da Marca no montante de 29.235,97.

21 – Perdas por justo valor e Outros Gastos e Perdas

A rubrica de Outros Gastos e Perdas, encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Outros Gastos e Perdas	0,00	0,00

1


Anexo ao Balanço e às Demonstrações Financeiras de 2023

Impostos e Taxas	0,00	186,02
Correções relativas a períodos anteriores	1.744,38	1.733,22
Outros gastos e perdas	0,00	0,00
Outros Gastos	1.919,24	1.919,24

22 – Gastos de Financiamento

A rubrica de Gastos de Financiamento Obtido, regista os valores indicados no quadro abaixo:

Descrição	2023	2022
Juros Suportados	4.082,76	1.493,01
Juros de Financiamento Obtido	4.082,76	1.493,01

23 – Acontecimentos após a Data de Balanço

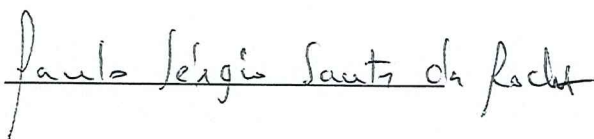
Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras e de Balanço de 31 de dezembro de 2023.

Após o fecho do período e até este momento não se registaram outros acontecimentos que possam modificar de forma significativa a situação apresentada neste anexo.

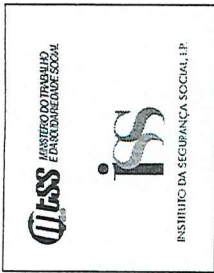
Porto, 16 de maio de 2024

O Contabilista Certificado

A Direção







MAPA DE CONTROLO DOS(S) SUBSÍDIO(S) PARA INVESTIMENTO(S)
ANEXO OBRIGATORIO

CG

Conta de Carência das Instituições Particulares de Solidariedade Social

ANO: 2023 (1)

NISS: 20017483383

NIPC: 507600274

Plus

PT

A

CONTAS	DESCRIÇÕES	ANO INÍCIO UTILIZAÇÃO INVEST.º (2)	VALOR TOTAL POR ENTIDADE E EMPREEND.º (3)	TAXA DE AMORTIZ.º (4)	VALORES ANUAIS DAS REDUÇÕES E DAS AMORTIZAÇÕES					SALDO VALOR LIQ. ANO N-1 (9)	MOVIMENTOS NO ANO			SALDO VALOR LIQ. ANO N (14)
					1.º AO 3.º ANO (5)	4.º e 5.º ANO (6)	6.º ANO (7)	7.º ao 50.º ANO (8)	A débito (10)		Outros débitos (11)	A crédito (12)	Outros créditos (13)	
593	SUBSÍDIOS													
5931	PIDDAC									0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5932	OUTROS	2018	390 000,00	2%	7 800,00	7 800,00				351 000,00	7 800,00	0,00	0,00	343 200,00
5932	OUTROS	2019	100 000,00	2%	2 000,00	2 000,00				92 000,00	2 000,00	0,00	0,00	90 000,00
	TOTAL SUBS. PARA OBRAS		490 000,00							443 000,00	9 800,00	0,00	0,00	433 200,00

Observações:

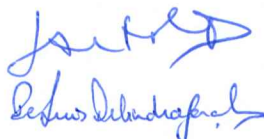
NOTA: O mapa deverá incluir todos os subsídios ainda por regularizar, assim como todos os investimentos por eles subsidiados e que ainda não estejam completamente amortizados. Em cada sub-conta só deverão ser registados os valores com origem na mesma "Entidade" e para o mesmo investimento (Empreendimento). As colunas para os valores das amortizações dos imobilizados e das reduções dos subsídios para os investimentos, deverão ser aumentadas no caso dos "Empreendimentos" incluírem imobilizados com mais taxas de amortização diferenciadas.

Declaração de responsabilidade

No âmbito do processo de Prestação de Contas da Gerência do período de 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023, declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas da Casa Sacerdotal da Diocese do Porto, ao órgão competente para a verificação da sua legalidade que:

1. De acordo com o estabelecido pelo n.º 2, do Artigo 14º-A, do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, 14 novembro, as contas relativas ao exercício de 2022 foram publicitadas no sítio institucional eletrónico desta Instituição, www.casasacerdotalporto.com até 31 de maio de 2023.
2. De acordo com o estabelecido pelo Artigo 23º do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, 14 novembro sempre que sejam realizadas obras de montante superior a 25.000,00 € a entidade está obrigada a adotar o Código dos Contratos Públicos, pelo que no exercício de 2022 a entidade:
 - Realizou obras superiores a 25.000 € e aplicou o Código dos Contratos Públicos.
 - Realizou obras superiores a 25.000 €, mas não aplicou o Código dos Contratos Públicos.
 - Não realizou obras superiores a 25.000 €, pelo que não se aplica o Art.º 23º
 - A entidade não recebeu apoios financeiros públicos, pelo que não se aplica o Art.º 23º

A Direção:



Deputado Diocesano

ATAS

Folha 47

ATA N.º 104

Aos vinte e oito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas dez horas e trinta minutos, reuniu a Direcção da Casa Sacerdotal da Diocese do Porto, estando presentes todos os seus elementos.-----

Ponto único: Apreciação e deliberação sobre as contas e relatório de gerência relativos ao ano de dois vinte e três.-----

Seguiu-se de imediato à análise do ponto único da ordem de trabalhos, tendo sido apresentadas todas as peças contabilísticas, destacando-se a conformidade destas com o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo aplicável às Instituições Particulares de Solidariedade Social, constatando-se, após algumas considerações acerca do movimento da Instituição no ano em apreciação, que foi apurado o resultado negativo de seis mil cento e cinquenta e um euros e cinquenta cêntimos, e bem assim que as referidas contas e o resultado apurado correspondem integralmente à realidade do exercício findo em trinta e um de Dezembro de dois mil e vinte e três.-----

Verificadas as contas e o resultado apurado, foi deliberado por unanimidade aprovar as contas do exercício de dois mil e vinte e três e afetar ao saldo da conta os resultados líquidos transitados.-----

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada, lavrando-se a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai ser assinada por mim, Presidente, pelo Secretário e pelo Tesoureiro.-----

Luís Delgado
Luís Delgado

ATAS

ACTA NÚMERO TRINTA E CINCO DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA CASA SACERDOTAL DA DIOCESE DO PORTO

Aos vinte e nove dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas dez horas e trinta minutos, reuniu o Conselho Fiscal da Casa Sacerdotal da Diocese do Porto, na sede da mesma Casa Sacerdotal, na presença de todos os seus membros: Cónego João da Silva Peixoto, Padre Manuel Monteiro Mendes e Padre Emanuel António Brandão de Sousa, presidente e vogais respetivamente. -----

Em conformidade com o artigo sétimo, parágrafo segundo, dos Estatutos da Casa Sacerdotal da Diocese do Porto foram submetidas a apreciação as Demonstrações Financeiras da dita Casa Sacerdotal do ano de dois mil e vinte e três. -----

Explicadas e analisadas as referidas Demonstrações, com o saldo negativo de seis mil e cento e cinquenta e um euros e cinquenta cêntimos, o Conselho Fiscal deu parecer favorável. -----

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião da qual foi lavrada esta ata que, após lida e aprovada, vai ser assinada pelos presentes. -----

Presidente

João da Silva Peixoto

Vogal

Manuel Monteiro Mendes

Vogal

Emanuel António Brandão de Sousa